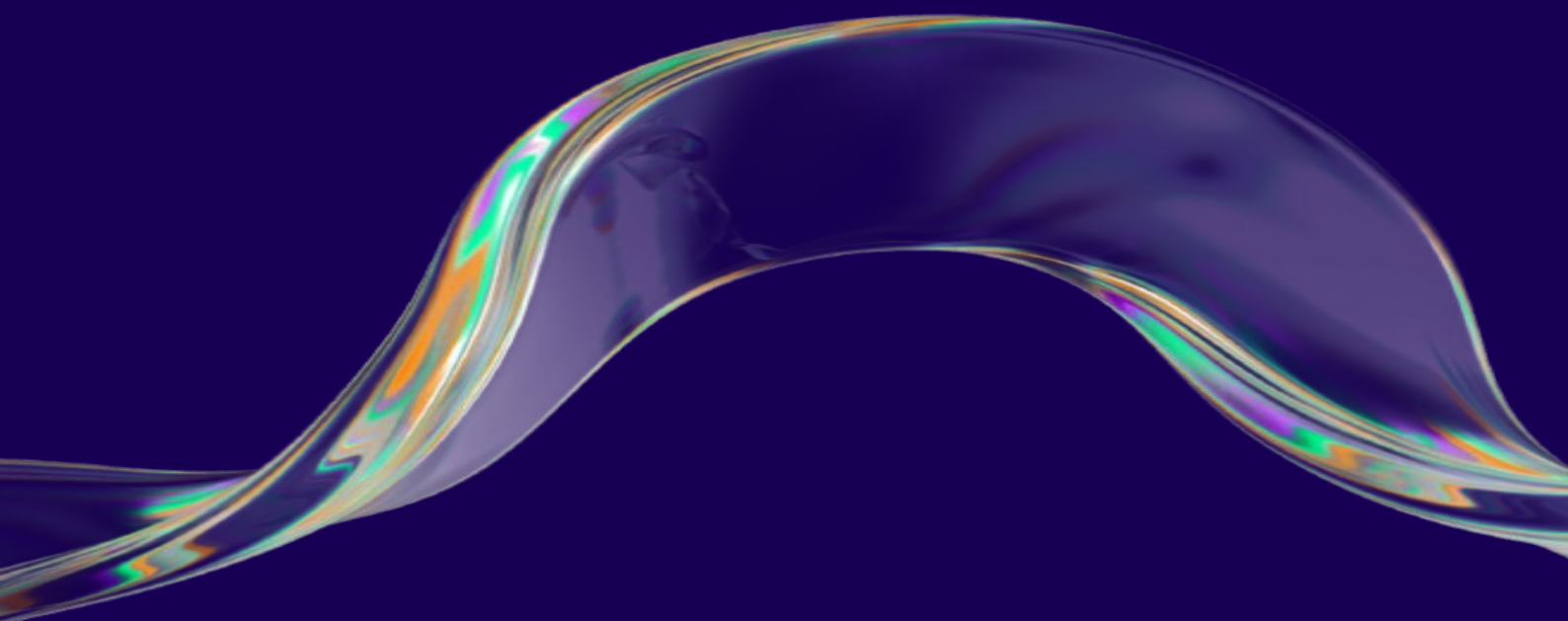


MRTV Energia S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
MRTV Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MRTV Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis

MRTV Energia S.A.

adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas


MRTV Energia S.A.

controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

| | |
|---|---|
| Demonstração do resultado | 3 |
| Demonstração do resultado abrangente | 4 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 5 |
| Balço patrimonial | 6 |
| Demonstração das mutaões do patrimnio líquido | 7 |

Notas explicativas da Administraão às demonstraões financeiras consolidadas e individuais

| | | |
|----|---|----|
| 1 | Consideraões gerais..... | 8 |
| 2 | Apresentaão das demonstraões financeiras e resumo das prticas contábeis | 9 |
| 3 | Novas normas, alteraões e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB..... | 10 |
| 4 | Estimativas e julgamentos contábeis críticos..... | 11 |
| 5 | Receita..... | 11 |
| 6 | Custos e despesas..... | 12 |
| 7 | Resultado financeiro líquido | 13 |
| 8 | Caixa e equivalentes de caixa | 13 |
| 9 | Aplicaões financeiras | 13 |
| 10 | Fundo de liquidez – conta reserva | 14 |
| 11 | Qualidade de créditos dos ativos financeiros..... | 14 |
| 12 | Contas a receber de clientes | 14 |
| 13 | Investimentos..... | 15 |
| 14 | Imobilizado | 16 |
| 15 | Financiamentos | 18 |
| 16 | Fornecedores..... | 19 |
| 17 | Provisões para litígios..... | 20 |
| 18 | Obrigaões com desmobilizaão de ativos..... | 20 |
| 19 | Partes relacionadas | 21 |
| 20 | Imposto de renda e contribuiao social | 21 |
| 21 | Patrimnio líquido..... | 22 |
| 22 | Instrumentos financeiros e gestão de risco | 23 |

MRTV Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|------|----------------|----------------|--------------|----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receita líquida | 5 | 24.736 | 24.680 | - | - |
| Custo com energia elétrica | 6 | (4.177) | (4.292) | - | - |
| Custo com operação | 6 | (10.311) | (10.508) | - | - |
| Lucro bruto | | 10.248 | 9.880 | - | - |
| Despesas operacionais | 6 | | | | |
| Gerais e administrativas | | (2.584) | (2.817) | (33) | (51) |
| Outras receitas operacionais | | - | (1) | - | - |
| | | (2.584) | (2.818) | (33) | (51) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | | 7.664 | 7.062 | (33) | (51) |
| Resultado de participações societárias | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | - | - | (906) | (1.961) |
| | | - | - | (906) | (1.961) |
| Resultado financeiro líquido | 7 | | | | |
| Receitas financeiras | | 5.790 | 3.879 | 35 | 30 |
| Despesas financeiras | | (12.472) | (12.806) | - | - |
| | | (6.682) | (8.927) | 35 | 30 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 982 | (1.865) | (904) | (1.982) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Correntes | 20 | (2.728) | (2.078) | - | - |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas | | (1.746) | (3.943) | (904) | (1.982) |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores | | (904) | (1.982) | (904) | (1.982) |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores | | (842) | (1.961) | - | - |
| Prejuízo do exercício | | (1.746) | (3.943) | (904) | (1.982) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MRTV Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|--------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Prejuízo do exercício | (1.746) | (3.943) | (904) | (1.982) |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | (1.746) | (3.943) | (904) | (1.982) |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores | (904) | (1.982) | (904) | (1.982) |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores | (842) | (1.961) | - | - |
| Lucro do exercício | (1.746) | (3.943) | (904) | (1.982) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MRTV Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------|-----------------|----------------|--------------|----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 982 | (1.865) | (904) | (1.982) |
| Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Juros e variações monetárias de financiamentos | 15(c) | 12.007 | 12.339 | - | - |
| Depreciação e amortização | 6 | 8.133 | 8.128 | - | - |
| Equivalência patrimonial | 13 | - | - | 906 | 1.961 |
| Apropriação dos custos de captações | 15(c) | 129 | 129 | - | - |
| Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva | | (349) | (349) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos | 18(a) | 206 | 210 | - | - |
| | | 21.108 | 18.592 | 2 | (21) |
| Decréscimo (acrécimo) em ativos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (340) | (173) | - | - |
| Tributos a recuperar | | 146 | 88 | 16 | (6) |
| Demais créditos e outros ativos | | 85 | 14 | - | - |
| Fornecedores | | 1.164 | (60) | - | - |
| Tributos a recolher | | (2.736) | (2.040) | - | - |
| Partes relacionadas | | 1.133 | 1.386 | - | - |
| Demais obrigações e outros passivos | | (59) | (91) | (21) | 21 |
| Caixa proveniente das operações | | 20.501 | 17.716 | (3) | (6) |
| Juros pagos sobre empréstimos | 15(c) | (5.980) | (6.002) | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (13) | (13) | - | - |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais | | 14.508 | 11.701 | (3) | (6) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Resgate em conta reserva | | 237 | 122 | - | - |
| Aplicação de aplicações financeiras | | (3.494) | - | (49) | - |
| Aquisição de imobilizado | | (181) | - | - | - |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento | | (3.438) | 122 | (49) | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Liquidação de financiamentos | 15(c) | (6.791) | (6.461) | - | - |
| Liquidação de arrendamentos | | (4) | (5) | - | - |
| Redução de capital | 1.1.1(a) | (26.209) | - | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | (33.004) | (6.466) | - | - |
| Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa | | (21.934) | 5.357 | (52) | (6) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 37.377 | 32.020 | 290 | 296 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 15.443 | 37.377 | 238 | 290 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MRTV Energia S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 15.443 | 37.377 | 238 | 290 |
| Aplicações financeiras | 9 | 3.494 | - | 49 | - |
| Contas a receber de clientes | 12 | 2.119 | 1.779 | - | - |
| Tributos a recuperar | | 41 | 185 | 17 | 31 |
| Outros ativos | | 188 | 273 | - | - |
| | | <u>21.285</u> | <u>39.614</u> | <u>304</u> | <u>321</u> |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Não circulante | | | | | |
| Fundo de liquidez - conta reserva | 10 | 3.997 | 3.885 | - | - |
| Partes relacionadas | 19 | 3.538 | 3.538 | - | - |
| Tributos a recuperar | | 1 | 3 | 1 | 3 |
| | | <u>7.536</u> | <u>7.426</u> | <u>1</u> | <u>3</u> |
| Investimento | 13 | - | - | 27.601 | 28.507 |
| Imobilizado | 14 | 143.304 | 151.634 | - | - |
| Intangível | | 52 | 83 | - | - |
| Direito de uso sobre contratos de arrendamento | | - | 4 | - | - |
| | | <u>143.356</u> | <u>151.721</u> | <u>27.601</u> | <u>28.507</u> |
| Total do ativo | | <u>172.177</u> | <u>198.761</u> | <u>27.906</u> | <u>28.831</u> |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Financiamentos | 15 | 7.037 | 6.712 | - | - |
| Fornecedores | 16 | 2.324 | 1.062 | - | - |
| Arrendamentos | | - | 4 | - | - |
| Tributos a recolher | | 229 | 250 | - | - |
| Partes relacionadas | 19 | 2.519 | 1.386 | - | - |
| Dividendos a pagar | 19 | 981 | 981 | 981 | 981 |
| Outros passivos | | 264 | 324 | - | 21 |
| | | <u>13.354</u> | <u>10.719</u> | <u>981</u> | <u>1.002</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Financiamentos | 15 | 123.695 | 124.655 | - | - |
| Tributos a recolher | | 4.764 | 4.764 | - | - |
| Obrigações de desmobilização de ativos | 18 | 1.983 | 2.287 | - | - |
| | | <u>130.442</u> | <u>131.706</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do passivo | | <u>143.796</u> | <u>142.425</u> | <u>981</u> | <u>1.002</u> |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 21 | 29.728 | 29.728 | 29.728 | 29.728 |
| Reserva de lucros | | - | 83 | - | 83 |
| Prejuízos acumulados | | (2.803) | (1.982) | (2.803) | (1.982) |
| Total do patrimônio líquido | | <u>26.925</u> | <u>27.829</u> | <u>26.925</u> | <u>27.829</u> |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores | | 26.925 | 27.829 | 26.925 | 27.829 |
| Participação dos acionistas não controladores | | 1.456 | 28.507 | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | <u>28.381</u> | <u>56.336</u> | <u>26.925</u> | <u>27.829</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>172.177</u> | <u>198.761</u> | <u>27.906</u> | <u>28.831</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

MRTV Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Reservas de lucros | | | | Total | Participação dos acionistas não controladores | Patrimônio Líquido |
|---|-----------|--------------------|---------------|-------------|----------------------|----------------|---|--------------------|
| | | Capital social | Reserva Legal | Retenção | Prejuízos Acumulados | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | | 29.728 | 54 | 29 | - | 29.811 | 30.468 | 60.279 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (1.982) | (1.982) | (1.961) | (3.943) |
| Total resultado abrangente do exercício | | - | - | - | (1.982) | (1.982) | (1.961) | (3.943) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 29.728 | 54 | 29 | (1.982) | 27.829 | 28.507 | 56.336 |
| Em 1 de janeiro de 2025 | | 29.728 | 54 | 29 | (1.982) | 27.829 | 28.507 | 56.336 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (904) | (904) | (842) | (1.746) |
| Total resultado abrangente do exercício | | - | - | - | (904) | (904) | (842) | (1.746) |
| Redução de capital em acionistas não controladores | 1.1.1 (a) | - | - | - | - | - | (26.209) | (26.209) |
| Absorção de prejuízo do exercício | | - | (54) | (29) | 83 | - | - | - |
| Contribuições e distribuições aos acionistas | | - | (54) | (29) | 83 | - | (26.209) | (26.209) |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | 29.728 | - | - | (2.803) | 26.925 | 1.456 | 28.381 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A MRTV Energia S.A., "Companhia" ou "MRTV", é sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que foi constituída em 07 de dezembro de 2020.

A Companhia tem por objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal propósito; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren"), e possui participação societária detida pela Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema").

As atividades da Companhia e sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

| Controladas | 2024 | Redução | Redução com absorção de prejuízo | 2025 |
|--|---------------|-----------------|----------------------------------|---------------|
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. | 63.236 | (26.209) | (6.222) | 30.805 |
| | 63.236 | (26.209) | (6.222) | 30.805 |

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

| | 2025 | | 2024 | | Local da sede | Atividade principal |
|--|---------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------------------|
| | Capital total | Capital votante | Capital total | Capital votante | | |
| Complexo Eólico Ventos do Piauí II e III | | | | | | |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. (i) | 94,99% | 100% | 50% | 100% | Piauí - Brasil | Geração de energia elétrica |

(i) Durante o exercício, a participação da Companhia no capital da investida Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. foi aumentada de 50,00% para 94,99%, em decorrência da redução de capital desproporcional ao outro investidor, não havendo aquisição de novas ações pela Companhia.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

| Pronunciamentos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para períodos anuais iniciados em ou após |
|---|---|---|
| Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza | Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”. | 1º de janeiro de 2026 |
| Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2 | Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade. | 1º de janeiro de 2026 |
| IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras | Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. | 1º de janeiro de 2027 |
| IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. | 1º de janeiro de 2027 |

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

| Nota | Conta Contábil |
|------|--|
| 14 | Imobilizado |
| 17 | Provisão para litígios |
| 18 | Obrigações de desmobilização de ativos |

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do

preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

| | Nota | Consolidado | |
|---|------|---------------|---------------|
| | | 2025 | 2024 |
| Receita bruta | | | |
| Venda de energia | | | |
| Contratos <i>wholesale</i> | | 15.367 | - |
| Partes relacionadas | 19 | 9.537 | 10.060 |
| Energia de curto prazo - CCEE | | 898 | 15.706 |
| | | 25.802 | 25.766 |
| Deduções sobre a receita bruta | | | |
| PIS e COFINS sobre receitas operacionais | | (942) | (940) |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE | | (124) | (146) |
| | | (1.066) | (1.086) |
| Receita líquida | | 24.736 | 24.680 |

6 Custos e despesas

| | Consolidado | | | | |
|---------------------------------------|----------------------------|--------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2025 | | 2024 | | |
| | Custo com energia elétrica | Custo com operação | Despesas gerais e administrativas | Total | Total |
| Energia comprada | (1.906) | - | - | (1.906) | (2.106) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (2.271) | - | - | (2.271) | (2.186) |
| Depreciação e amortização | - | (7.689) | (444) | (8.133) | (8.128) |
| Pessoal | - | (27) | (1.316) | (1.343) | (1.205) |
| Pessoal | - | (27) | (1.316) | (1.343) | (1.205) |
| Materiais | - | (3) | (2) | (5) | (28) |
| Materiais | - | (3) | (2) | (5) | (28) |
| Serviços | - | (2.156) | (494) | (2.650) | (2.964) |
| Serviços de operação e manutenção O&M | - | (1.901) | - | (1.901) | (1.922) |
| Manutenção e conservação | - | (103) | (107) | (210) | (408) |
| Serviços de terceiros | - | (152) | (387) | (539) | (634) |
| Outros | - | (436) | (328) | (764) | (1.001) |
| Aluguéis e arrendamentos | - | (371) | (27) | (398) | (435) |
| Seguros | - | - | (322) | (322) | (465) |
| Impostos, taxas e contribuições | - | (51) | (10) | (61) | (23) |
| Outras receitas (despesas) líquidas | - | (14) | 31 | 17 | (78) |
| | (4.177) | (10.311) | (2.584) | (17.072) | (17.618) |

7 Resultado financeiro líquido

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------|-----------------|-----------------|--------------|-----------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receitas financeiras | | | | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | | 5.778 | 3.880 | 36 | 31 |
| Juros sobre ativos financeiros | | 14 | - | 1 | - |
| (-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro | | (2) | (1) | (2) | (1) |
| | | <u>5.790</u> | <u>3879</u> | <u>35</u> | <u>30</u> |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Juros sobre financiamentos | 16(c) | (5.992) | (6.014) | - | - |
| Atualização monetária sobre financiamentos | 16(c) | (6.015) | (6.325) | - | - |
| Apropriação dos custos de captações | 16(c) | (129) | (129) | - | - |
| Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos | 18(a) | (206) | (210) | - | - |
| Outras despesas financeiras | | (130) | (128) | - | - |
| | | <u>(12.472)</u> | <u>(12.806)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | | <u>(6.682)</u> | <u>(8.927)</u> | <u>35</u> | <u>30</u> |

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,45% do CDI (98,68% em 31 de dezembro de 2024).

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|---------------|---------------|--------------|------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Caixa | | | | |
| Caixa e bancos | 142 | 150 | 12 | 10 |
| | <u>142</u> | <u>150</u> | <u>12</u> | <u>10</u> |
| Equivalentes de caixa | | | | |
| Quotas de fundos de investimentos (i) | 14.871 | 35.256 | 224 | - |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDBs | 430 | 1.971 | 2 | 280 |
| | <u>15.301</u> | <u>37.227</u> | <u>226</u> | <u>280</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>15.443</u> | <u>37.377</u> | <u>238</u> | <u>290</u> |

- (i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,19% do CDI.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|--------------|----------|--------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") | 255 | - | - | - |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren | 3.239 | - | 49 | - |
| | 3.494 | - | 49 | - |

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 97,92% do CDI (91,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|--------------|--------------|--------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fundo de liquidez - Conta reserva | | | | |
| Não circulante | 3.997 | 3.885 | - | - |
| | 3.997 | 3.885 | - | - |

Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------|---------------|---------------|--------------|------------|
| | Rating local | | Rating local | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| AAA | 22.922 | 41.251 | 287 | 290 |
| Sem rating | 12 | 11 | - | - |
| | 22.934 | 41.262 | 287 | 290 |

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

| | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| | 2025 | 2024 |
| Contratos <i>wholesale</i> | 902 | 897 |
| Partes relacionadas (Nota 16) | 1.167 | 832 |
| Energia de curto prazo - CCEE | 50 | 50 |
| | 2.119 | 1.779 |

(b) Vencimentos de contas a receber

| | Consolidado | |
|----------|--------------|--------------|
| | 2025 | 2024 |
| A vencer | 2.119 | 1.779 |
| | 2.119 | 1.779 |

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

| | Informações em 31 de dezembro de 2025 | | | | Resultado de equivalência patrimonial | | Controladora Saldo | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|--|---------------------------------------|----------------|--------------------|---------------|
| | Patrimônio Líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | Percentual de participação total (%) | Percentual de participação votante (%) | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| | | | | | | | | |
| Investimentos avaliados por equivalência patrimonial | | | | | | | | |
| Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A | 29.057 | (1.747) | 94,99 | 100,00 | (906) | (1.961) | 27.601 | 28.507 |
| | | | | | (906) | (1.961) | 27.601 | 28.507 |

(b) Movimentação

| | Controladora | |
|------------------------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 |
| Saldo no início do exercício | 28.507 | 30.468 |
| Equivalência patrimonial | (906) | (1.961) |
| Saldo no final do exercício | 27.601 | 28.507 |

14 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

| | Máquinas e Equipamentos | Edifícios e construções | Desmobilização de ativos | Móveis e utensílios | Obras em andamento | 2025 | 2024 |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | | | | | | | |
| Custo | 168.000 | 644 | 1.841 | 65 | 77 | 170.627 | 172.450 |
| Depreciação acumulada | (18.804) | (55) | (126) | (8) | - | (18.993) | (10.902) |
| Saldo líquido no início do exercício | 149.196 | 589 | 1.715 | 57 | 77 | 151.634 | 161.548 |
| Adições | - | - | - | - | 279 | 279 | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | (1.823) |
| Depreciação | (8.019) | (21) | (50) | (7) | - | (8.097) | (8.091) |
| Remensurações (i) | - | - | (512) | - | - | (512) | - |
| Transferências | 126 | - | - | 42 | (168) | - | - |
| Saldo no final do exercício | 141.303 | 568 | 1.153 | 92 | 188 | 143.304 | 151.634 |
| Custo | 168.126 | 644 | 1.329 | 107 | 188 | 170.394 | 170.627 |
| Depreciação acumulada | (26.823) | (76) | (176) | (15) | - | (27.090) | (18.993) |
| Saldo líquido no final do exercício | 141.303 | 568 | 1.153 | 92 | 188 | 143.304 | 151.634 |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | 5,0 | 3,0 | 3,0 | 6,0 | | | |

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do saldo provisionado no passivo de R\$ 512 (Nota 18), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

15 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

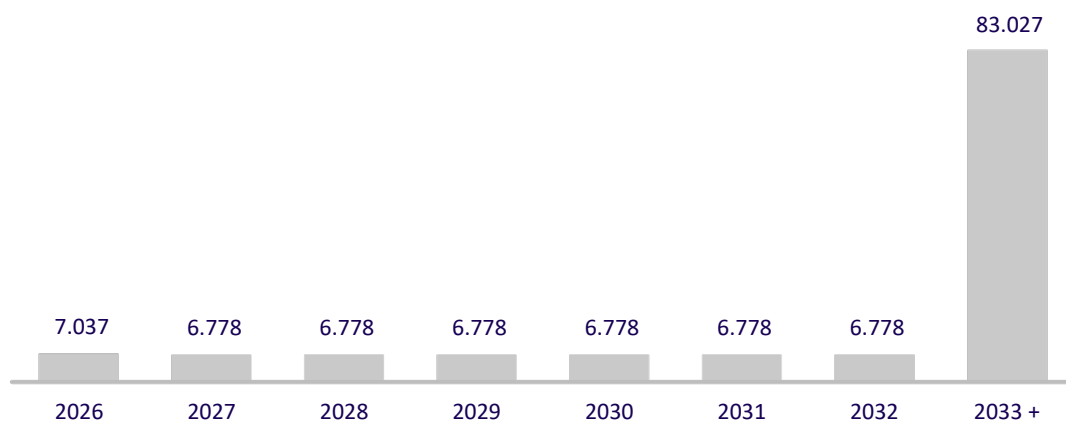
(a) Composição

| | | | | | | | | | | Consolidado |
|------------|------------------------|--------------|-------------------|------------|--------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | | | | 2025 |
| | | Circulante | | | | Não circulante | | | | |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Principal | Custo de captação | Total | Total | Valor Justo |
| BNDES | IPCA + 4,56% | 6.907 | (129) | 259 | 7.037 | 126.046 | (2.351) | 123.695 | 130.732 | 108.052 |
| | | 6.907 | (129) | 259 | 7.037 | 126.046 | (2.351) | 123.695 | 130.732 | 108.052 |

| | | | | | | | | | | Consolidado |
|------------|------------------------|--------------|-------------------|------------|--------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|---------------|
| | | | | | | | | | | 2024 |
| | | Circulante | | | | Não circulante | | | | |
| Modalidade | Encargos anuais médios | Principal | Custo de captação | Encargos | Total | Principal | Custo de captação | Total | Total | Valor Justo |
| BNDES | IPCA + 4,56% | 6.604 | (129) | 237 | 6.712 | 127.135 | (2.480) | 124.655 | 131.367 | 70.066 |
| | | 6.604 | (129) | 237 | 6.712 | 127.135 | (2.480) | 124.655 | 131.367 | 70.066 |

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 |
| Saldo no início do exercício | 131.367 | 131.362 |
| Provisão de juros (Nota 7) | 5.992 | 6.014 |
| Atualização monetária (Nota 7) | 6.015 | 6.325 |
| Apropriação dos custos de captações (Nota 7) | 129 | 129 |
| Juros pagos | (5.980) | (6.002) |
| Liquidações | (6.791) | (6.461) |
| Saldo no final do exercício | 130.732 | 131.367 |

(d) Garantias

| Modalidade | Garantias |
|------------|---|
| BNDDES | Garantia prestada pela Auren Energia S.A.e pela MRTV Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. |

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

16 Fornecedores

| | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|
| | 2025 | 2024 |
| Fornecedores de materiais | 2.183 | 1.011 |
| Fornecedores de serviços | 141 | 10 |
| Fornecedores de serviços - partes relacionadas (Nota 19) | - | 41 |
| | 2.324 | 1.062 |

17 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda possível.

18 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|--|--------------|--------------|
| | Desmobilização de ativos | (-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos | 2025 | 2024 |
| Saldo no início do exercício | 44.839 | (42.552) | 2.287 | 2.077 |
| Remensuração (Nota 14) | (34.020) | 33.510 | (510) | - |
| Ajuste a valor presente (Nota 7) | - | 206 | 206 | 210 |
| Saldo no final do exercício | <u>10.819</u> | <u>(8.836)</u> | <u>1.983</u> | <u>2.287</u> |
| Não circulante | <u>10.819</u> | <u>(8.836)</u> | <u>1.983</u> | <u>2.287</u> |
| | <u>10.819</u> | <u>(8.836)</u> | <u>1.983</u> | <u>2.287</u> |

19 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Consolidado

| | Ativo | | Passivo | | Vendas (Nota 5) | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Contas a receber de clientes (Nota 12) - Vendas de energia e outras receitas | | | | | | | | |
| CESP Comercializadora de Energia S.A. | 739 | 832 | - | - | 8.758 | 8.597 | - | - |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | 428 | - | - | - | 779 | 1.463 | - | - |
| | <u>1.167</u> | <u>832</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>9.537</u> | <u>10.060</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Fornecedores - serviços | | | | | | | | |
| Votorantim S.A. | - | - | - | 41 | - | - | (41) | (13) |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | - | - | - | - | - | (603) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>41</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(41)</u> | <u>(616)</u> |
| Conta corrente (i) | | | | | | | | |
| Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. | 907 | 907 | - | - | - | - | - | - |
| Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. | 907 | 907 | - | - | - | - | - | - |
| Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. | 998 | 998 | - | - | - | - | - | - |
| Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. | 726 | 726 | - | - | - | - | - | - |
| | <u>3.538</u> | <u>3.538</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Dividendos a pagar | | | | | | | | |
| Auren Energia S.A. | - | - | 982 | 981 | - | - | - | - |
| Repasso de custos partes relacionadas (ii) | | | | | | | | |
| Auren Energia S.A. | - | - | 1.847 | 991 | - | - | (1.107) | (961) |
| Auren Comercializadora de Energia Ltda. | - | - | 310 | 167 | - | - | (192) | (167) |
| CESP Companhia Energética de São Paulo | - | - | 361 | 228 | - | - | (187) | (228) |
| Consórcio Ventos do Piauí III | - | - | - | - | - | - | - | (3) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>2.518</u> | <u>1.386</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.486)</u> | <u>(1.359)</u> |
| | <u>4.705</u> | <u>4.370</u> | <u>3.500</u> | <u>2.408</u> | <u>9.537</u> | <u>10.060</u> | <u>(1.527)</u> | <u>(1.975)</u> |

- (i) Rateio referente ao pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST.
- (ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------------|----------------|--------------|---------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 982 | (1.865) | (904) | (1.982) |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | 24% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | (334) | 634 | 217 | 674 |
| Equivalência patrimonial | | | (217) | (667) |
| Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido | | (7) | | (7) |
| Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido | (2.394) | (2.705) | - | - |
| IRPJ e CSLL apurados | (2.728) | (2.078) | - | - |
| Correntes | (2.728) | (2.078) | - | - |
| IRPJ e CSLL no resultado | (2.728) | (2.078) | - | - |

21 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 29.728, dividido em 54.304.614 ações, sendo 27.152.307 ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.769 à classe B; e 27.152.307 ações preferenciais, todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é dividido conforme quadro societário abaixo:

| | Capital social integralizado | Ordinárias | Preferenciais | Total | % |
|---|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Acionistas controladores | | | | | |
| Auren Energia S.A. | 21.553 | 12.218.538 | 27.152.307 | 39.370.845 | 72,5% |
| Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A | 8.175 | 14.933.769 | - | 14.933.769 | 27,5% |
| | 29.728 | 27.152.307 | 27.152.307 | 54.304.614 | 100% |

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu prejuízo de R\$ 904, o qual foi integralmente destinado à

rubrica de “Lucros (Prejuízos) acumulados”.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

| | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------|----------------|----------------|--------------|------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Ativos | | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 9) | | 2.119 | 1.779 | - | - |
| Partes relacionadas (Nota 16) | | 3.538 | 3.538 | - | - |
| | | <u>5.657</u> | <u>5.317</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Ao valor justo por meio do resultado (i) | | | | | |
| Equivalentes de caixa (Nota 8) | 1 | 15.301 | 37.227 | 225 | 280 |
| Aplicações financeiras (i) (i) | 1 | 3.494 | - | 49 | - |
| Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8) | 1 | 3.997 | 3.885 | - | - |
| | | <u>22.792</u> | <u>41.112</u> | <u>274</u> | <u>280</u> |
| | | <u>28.449</u> | <u>46.429</u> | <u>274</u> | <u>280</u> |
| Passivos | | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | | |
| Financiamentos (Nota 12) (ii) | | 130.732 | 131.367 | - | - |
| Arrendamentos | | - | 4 | - | - |
| Fornecedores | | 2.324 | 1.062 | - | - |
| Partes relacionadas (Nota 16) | | 2.519 | 1.386 | - | - |
| | | <u>135.575</u> | <u>133.819</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

- (i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.
- (ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Consolidado | | | | |
|----------------------------------|---------------|------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | A partir de 5 anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | | | |
| Financiamentos (i) | 12.625 | 12.823 | 38.797 | 157.690 | 221.935 |
| Fornecedores | 2.324 | - | - | - | 2.324 |
| Partes relacionadas | 2.519 | - | - | - | 2.519 |
| | <u>17.468</u> | <u>12.823</u> | <u>38.797</u> | <u>157.690</u> | <u>226.778</u> |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Financiamentos (i) | 12.292 | 23.638 | 22.491 | 133.068 | 191.489 |
| Fornecedores | 1.062 | - | - | - | 1.062 |
| Arrendamentos (j) | 4 | - | - | - | 4 |
| Partes relacionadas | 1.386 | - | - | - | 1.386 |
| | <u>14.744</u> | <u>23.638</u> | <u>22.491</u> | <u>133.068</u> | <u>193.941</u> |

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, e benefícios pós emprego é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

| | | Consolidado | | | | | | |
|------------------|--|-----------------------|---------------------------------|-------------------------|-------------------|---------|---------|---------|
| | | Impactos no resultado | | | | | | |
| | | Cenário I | | | Cenários II & III | | | |
| Fatores de risco | Natureza da operação | Saldo | Choque nas curvas de 31/12/2025 | Resultados do cenário I | -25% | -50% | +25% | +50% |
| Taxas de juros | | | | | | | | |
| BRL - CDI 14,90% | Equivalentes de caixa, e fundo de liquidez - conta reserva | 4.272 | -72,92 bps* | (166) | (849) | (1.698) | 849 | 1.698 |
| BRL - IPCA 4,26% | Financiamentos (i) | 133.212 | 6 bps* | (82) | 1.419 | 2.837 | (1.419) | (2.837) |

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* bps - *basis points*